

COMÉRCIO, BALANÇO DE PAGAMENTOS E MOVIMENTOS INTER-REGIONAIS DE RENDA: O CASO DE PERNAMBUCO

Olimpio de Arroxelas Galvão
Professor do Curso de Mestrado em
Economia - CME/PIMES DA UFPE.

1 – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Este trabalho tem como objetivo principal investigar alguns aspectos importantes do relacionamento econômico do Estado de Pernambuco com o seu exterior, atentando-se, particularmente, para os efeitos sobre a economia do Estado do processo de integração por que vem passando o país nas últimas décadas.

Como princípio metodológico fundamental, partir-se-á da idéia de que o relacionamento entre regiões ou estados envolve problemas particulares, que implicam na adoção de perspectiva particular de investigação. Esta perspectiva particular é a do balanço de pagamentos, na qual procuram-se examinar, dentro de um contexto bastante amplo, todas as transações de qualquer natureza realizadas entre indivíduos e instituições de diversas regiões, investigando-se o comércio exterior e o balanço de pagamentos como o resultado do funcionamento global da economia do Estado e não como um setor a ser analisado isoladamente no contexto da economia estadual.

O enfoque do balanço de pagamentos, que permite investigar as implicações mais relevantes que resultam do contato da economia estadual com o seu exterior, oferece a vantagem de se obter uma visão integrada de alguns problemas importantes da economia pernambucana e de contribuir para a elucidação de alguns aspectos controversos da política nacional de desenvolvimento regional; particularmente no que diz respeito aos mecanismos de transferência de recursos a nível inter-regional.

Vale ressaltar, de início, que problemas decorrentes do contato econômico entre regiões constituem tema de preocupação muito antigo. A despeito de recursos para um tratamento formal e rigoroso de alguns desses problemas remontarem a décadas muito recentes,¹⁷ podem ser encontradas referências bastante antigas a problemas de natureza regional que emergem durante o processo do crescimento econômico nacional. David Hume, nos seus celebrados ensaios de 1752^{13 e 14} mostrava como problemas resultantes do contato econômico de regiões com regiões eram temidos no seu tempo e em tempos mais remotos ainda. Fazia Hume referência à apreensão dos irlandeses e escoceses face às tentativas dos ingleses de estreitar os vínculos comerciais dessas regiões com a Inglaterra, especialmente no que se referia à eliminação das barreiras alfandegárias inter-regionais, que eram elevadas, na época. Estava por trás dos receios da Irlanda e Escócia a idéia de que, quando duas regiões de graus de desenvolvimento diferentes, dentro de um mesmo país, se defrontam, o contato econômico entre elas tende a reforçar o atraso relativo (e talvez mesmo absoluto) da região de baixa produtividade (ou seja, menos desenvolvida). Raciocinava-se que o comércio, processando-se livremente, expunha a região de baixa produtividade à concorrência vis-à-vis com regiões de mais elevada produtividade, impedindo de maneira considerável que houvesse um deslocamento na própria região, do capital e da mão-de-obra, de atividades de baixa para atividades de alta produtividade. Concluía-se, portanto, que o comércio agiria no sentido de deprimir os setores de baixa produtividade e, pelo fato de a competição "externa" reduzir o leque de novas oportunidades de investimentos, de impedir a expansão dos setores de alta produtividade, desde que grande parte destes estaria também sujeita à "destruidora" competição das indústrias da região mais desenvolvida.

Se bem que a maioria dos economistas clássicos e praticamente todos os neoclássicos tenham mostrado a falácia de muitos dos argumentos protecionistas — a despeito de raciocinarem estes num contexto de país e não de região — não podem ser considerados de todo infundados os receios regionalistas, pois mesmo na melhor das suposições da economia clássica e neoclássica — quando a região reage favoravelmente a nova situação e se beneficia amplamente de uma mais eficiente alocação de recursos e divisão do trabalho — o ajustamento pode ser doloroso e prolongar-se por algumas ou mesmo várias décadas. E mesmo um processo bem sucedido de busca de novas ocupações para o capital e o trabalho — processo que a experiência histórica mostra não ser sempre garantido — viria acompanhado de interrupção de tradicionais atividades econômicas, acarretando a estagnação de setores particulares da economia, o fechamento de indústrias e o desemprego.

Mais agudos se tornariam os problemas da região de baixa produtividade se a região economicamente mais avançada desenvolvesse, ao longo do tempo, uma estrutura econômica de natureza competitiva, ou seja, não complementar, em relação à região menos desenvolvida, de modo tal que

fossem atingidas duramente até mesmo muitas das atividades nas quais eram mais evidentes as "vantagens comparativas" da região relativamente menos eficiente. Exemplos históricos de padrões semelhantes de desenvolvimento são abundantes, quer a nível inter-regional quer em escala internacional. Hicks, em importante e conhecido estudo,¹⁰ mostra como a economia da Grã-Bretanha foi duramente afetada pelo tipo de crescimento econômico ocorrido nos Estados Unidos a partir das primeiras décadas deste século. Argumenta Hicks que o processo de expansão da Grã-Bretanha foi francamente voltado para o comércio exterior,⁹ pois na medida em que o país crescia, tornava-se cada vez mais especializado e, portanto, cada vez mais dependente de importações. Dessa maneira, o crescimento da economia britânica ocorria ampliando as relações econômicas do país com o seu exterior, caracterizando um tipo de crescimento geralmente denominado de "para fora". Esse tipo de crescimento segundo Hicks, levou a Grã-Bretanha a apresentar uma estrutura econômica que era complementar em relação aos países menos desenvolvidos, os quais forneciam suas abundantes matérias-primas em quantidades crescentes para um mercado em expansão. No caso da economia americana, o processo de expansão econômica se deu de maneira oposta, pois a sua enorme disponibilidade de recursos naturais permitia ao país americano apresentar um tipo de crescimento mais autárquico e, portanto, menos dependente de fontes externas de suprimento. Face aos imensos recursos naturais, ao seu amplo mercado interno e seus altos níveis de produtividade, desenvolveu a economia americana uma estrutura econômica diversificada e fortemente competitiva em relação ao seu exterior, passando os Estados Unidos a competir com vantagens nos mercados antes amplamente dominados pelas indústrias britânicas. Este tipo de crescimento, denominado de viesado contra o comércio externo,^{*} foi apontado por Hicks como uma das causas fundamentais dos problemas sofridos pela Grã-Bretanha neste século, que passou a apresentar persistentes desequilíbrios de balanço de pagamentos e delicados problemas relacionados com o emprego e o bem-estar da população britânica.

Padrões análogos de crescimento econômico a nível inter-regional tenderiam a acarretar problemas ainda mais graves para as regiões afetadas, em vista de a interdependência econômica entre unidades regionais dentro de um mesmo país ser muito mais forte do que entre países, em vista também de as economias regionais serem geralmente bastante mais abertas que as nacionais, ou seja, mais dependentes e vulneráveis e, principalmente pelo fato de não dispor uma região, como dispõe um país, dos conhecidos mecanismos de proteção e defesa de sua base econômica, tais como os da política tarifária, monetária e cambial.

Por outro lado, é mais que sabido que o desenvolvimento econômico, sobretudo nos seus estágios iniciais, tende a vir acompanhado de crescentes

"Import-biased" growth, segundo HICKS, John R. An inaugural lecture. In: CAVES, R & JOHNSON, M. Readings in International Economics. Illinois, Irwin Inc., 1968, p. 441-54.

desigualdades. Quando as regiões dentro de um mesmo país não apresentam a mesma capacidade ou potencialidade de crescimento, é natural que nos primeiros estágios do desenvolvimento nacional tendam a aumentar as desigualdades regionais devido ao aumento crescente de forças e efeitos desequilibradores, tais como a migração de trabalhadores qualificados e de capitais privados no sentido da região mais pobre para a mais rica, e a geração de economias de aglomeração propiciadas pela concentração de atividades econômicas e de população no espaço mais adiantado economicamente. A concentração econômica e a acelerada urbanização que se segue, elevam substancialmente a escassez de recursos produtivos na região de desenvolvimento relativo maior, tornando cada vez mais escassos os recursos que poderiam ser canalizados para fins de redução de desigualdades inter-regionais. Ademais, a acumulação de economias externas, que gera por si só forças automáticas de elevação dos diferenciais de produtividade inter-regionais, faz com que os investimentos públicos sejam mais rentáveis na região mais desenvolvida, tornando aparentemente indefensável, do ponto de vista puramente econômico, uma mais ampla e equitativa distribuição daqueles investimentos, em escala nacional. Esses investimentos públicos adquirem uma importância notável no processo de desenvolvimento, especialmente em países menos desenvolvidos, pois não há negar constituir a alocação regional de investimentos governamentais uma das maneiras mais evidentes pelas quais a política econômica nacional afeta as taxas de crescimento de diferentes partes do país ^{12:190-5}

Parece não restar dúvidas, portanto, que a simples operação das livres forças de mercado já é suficiente para provocar profundos descompassos nos padrões do crescimento inter-regional. Entretanto, as desigualdades regionais não são causadas apenas pelos diferenciais de produtividade dos recursos produtivos, disponíveis nas regiões, mas também, e de maneira fundamental, pelas políticas econômicas adotadas no país como um todo durante o processo de desenvolvimento. Assim como as nações do mundo inteiro, as regiões de um país tornam-se cada vez mais interdependentes com o desenvolvimento. E as decisões tomadas pelo Governo Central tendem a exercer impacto cada vez maior sobre cada região. Não é difícil conceber, nesse contexto, situações em que os objetivos da política econômica da região mais desenvolvida sejam identificados com os objetivos nacionais e que se vislumbrem casos de flagrante conflito entre estes e os interesses da região relativamente atrasada. A centralização do processo decisório — uma tendência irreversível no Estado moderno — atende evidentemente à necessidade de unificação da política econômica nacional e é uma decorrência do próprio aperfeiçoamento dos processos de tomada de decisões, resultantes da crescente busca em direção a uma maior racionalidade econômica e social. Entretanto, em países que apresentam elevado grau de diversidade econômica, não é infreqüente observar, historicamente, políticas nacionais que contribuíram de maneira importante para acentuar os desequilíbrios inter-regionais, reforçando ao invés de contrabalançar os efeitos polarizados que resultam da operação das forças de mercado ^{11:23; 3 e 4}

As considerações feitas acima servirão de pano de fundo para a investigação a ser procedida nas próximas seções deste capítulo. Nelas, procurar-se-á mostrar se as condições resultantes do contato econômico inter-regional têm sido adversas ou favoráveis para Pernambuco, em período recente, e se o intercurso comercial do Estado com o seu exterior vem atuando como um mecanismo transmissor ou inibidor de desenvolvimento. Condições adversas de comércio tendem a provocar problemas típicos de balanço de pagamentos, passando a funcionar o comércio como um mecanismo importante de criação de desigualdades. A análise dos padrões de evolução e da natureza dos fluxos comerciais e financeiros, pois, constitui método importante de investigação das causas do crescimento econômico estadual, tendo em vista o fato de ser através do comércio que muitos dos mecanismos sugeridos acima podem ser visualizados com propriedade.

1.2 - O Balanço de Pagamentos do Estado

Os sistemas de contas nacionais não permitem a realização de estudos sistemáticos a nível inter-regional. Os poucos trabalhos que têm sido desenvolvidos no Brasil, ou constituem discussões e aplicações de teorias e modelos já consagrados na recente economia regional, de reduzido poder explicativo no que diz respeito à problemática do desenvolvimento regional brasileiro,⁸ ou se concentram em investigar um aspecto importante, porém restrito, das relações inter-regionais: o comércio de mercadorias^{7:95-124}

Esta última linha de pesquisas, no entanto, tem oferecido um campo bastante fértil de investigação, em parte por consistir, em certa medida, numa continuação dos estudos realizados para o Nordeste, na década dos 50, pelo GTDN⁴ e em parte por possibilitar uma extensão do próprio enfoque empregado.

O comércio de mercadorias é, evidentemente, a maneira mais óbvia de se efetivar o contato econômico entre uma região e o seu exterior. Entretanto, outras transações econômicas estão envolvidas, associadas diretamente ou não com o movimento de bens: são os fluxos de serviços, comumente denominados de invisíveis e os movimentos de capitais, ambos assumindo importância crítica num determinado estágio do desenvolvimento regional.

Para Pernambuco, informações com algum nível de detalhe sobre o balanço de pagamentos estadual, existem apenas para o comércio de mercadorias. A ausência de informações sobre as magnitudes dos demais fluxos, porém, não constitui obstáculo para a análise, que será, em grande parte, de natureza qualitativa e baseada em inferências a partir do balanço comercial e da estrutura da economia pernambucana. Uma inferência acerca do sentido dos fluxos de serviços e de capitais é suficiente para os objetivos deste trabalho.

1.2.1 - O Balanço Comercial

O estudo do balanço comercial do Estado é possível, para um período recente, tomando-se por base os dados coligidos pelo IBGE, em colaboração com as secretarias de Fazenda estaduais, que desde o ano de 1960 vem realizando levantamento do comércio de mercadorias, ao nível de unidades da Federação, por vias internas e por cabotagem. A despeito dos conhecidos problemas de abrangência em levantamentos de tal natureza, as informações disponíveis contêm um elevado grau de desagregação, permitindo exame minucioso da estrutura, composição e evolução do comércio de mercadorias dos Estados brasileiros. Lamentavelmente, porém, desde 1969 não foi mais possível ao IBGE levantar informações para alguns estados do País, de modo que, perdido o elo da cadeia a partir de então, teve-se de limitar grande parte da análise ao período de 1960-68.*

Cabe ressaltar de início, que é extraordinária a importância do comércio externo para Pernambuco, revelando o Estado um elevado grau de abertura para com o seu exterior. Tanto quanto no passado, o comércio externo de mercadorias ocupa no presente posição fundamental de destaque na economia estadual, como se pode depreender da Tabela 1 e da análise que se seguirá adiante.

Com efeito, considerando englobadamente as exportações e importações, ou seja, os fluxos totais do comércio de Pernambuco com o País e o exterior, observa-se que sua participação na renda interna do Estado oscilou, em praticamente toda a década passada, entre os 60 e 80% (ver última coluna, Tabela 1). A importância desse comércio é ainda mais ressaltada através da comparação entre os fluxos totais de exportações de mercadorias e o produto físico gerado na economia do Estado ** (ver colunas 9 e 10, Tabela 1). É interessante observar como é elevado o volume do comércio externo de mercadorias em relação ao produto físico interno — as exportações, as importações e o produto físico praticamente se equivalendo em todo o período 1960/67, chegando mesmo o valor das exportações e importações — consideradas isoladamente — a suplantar toda a produção gerada no setor agrícola e na indústria, em diversos anos da série estudada.

* Os Estados brasileiros nos quais houve interrupção no levantamento das informações de seus fluxos comerciais com os demais Estados da Federação são Minas Gerais e São Paulo. Em 1873, porém, em reunião promovida conjuntamente pela FIBGE e Secretaria de Planejamento da Presidência, em Porto Alegre, foi mencionado que seriam retomados os trabalhos naqueles Estados, voltando suas secretarias de Fazenda a prestar colaboração ao IBGE. Todavia, até a publicação do mais recente Anuário Estatístico do Brasil, em 1975, as informações sobre o comércio de mercadorias por vias internas continuavam a registrar a ausência dos Estados citados.

** O produto físico constitui o total da renda gerada na agricultura e na indústria. Exclui, portanto, os serviços.

TABELA 1
PERNAMBUCO: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, A PREÇOS CORRENTES, E
COMO PERCENTAGEM DO PRODUTO FÍSICO E DA RENDA INTERNA LÍQUIDA
(Cr\$ 1.000.000)
1960-1967

Anos	Produto Físico	Renda Interna	Importações totais	Import. do Ext. do país	Exportações totais	Export. para o Ext. país	Total comércio	3/1	5/1	3/2	4/2	5/2	6/2	7/2
(1)*	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	
1960	36,5	89,2	33,3	5,0	41,4	7,1	74,7	0,91	1,13	0,37	0,06	0,46	0,08	0,84
1961	54,5	135	54,4	7,9	56,8	9,4	111	1,00	1,04	0,40	0,06	0,42	0,07	0,82
1962	97,6	230	86,4	11,4	85,7	14,3	172	0,89	0,89	0,38	0,05	0,37	0,06	0,75
1963	181	441	118	20,4	150	32,1	268	0,65	0,83	0,27	0,05	0,34	0,07	0,61
1964	336	830	273	34,6	260	42,2	533	0,81	0,77	0,32	0,04	0,31	0,05	0,64
1965	523	1.266	417	47,2	398	89,8	815	0,80	0,76	0,33	0,04	0,31	0,07	0,64
1966	658	1.767	639	82,6	579	121	1.218	0,97	0,89	0,36	0,05	0,33	0,07	0,69
1967	918	2.351	939	122	829	162	1.760	1,02	0,90	0,40	0,05	0,35	0,07	0,75

FONTE: FGV, FIBGE, SUDENE-AT.

* Valor da renda gerada no setor agrícola e na indústria.

Tamanha importância do comércio na economia estadual decorre do singular papel que desempenha Pernambuco no Nordeste, como centro redistribuidor de mercadorias para toda a região — como se mostrará adiante — mas resulta fundamentalmente da pobreza da base de recursos naturais do Estado, que o levou a desenvolver ao longo de quase 500 anos de história, uma estrutura econômica altamente especializada e fortemente dependente, seja de mercados externos para reduzido conjunto de produtos de exportação, seja do suprimento de diversificadas e volumosas importações de matérias-primas, bens de consumo e equipamentos.

Não é porém o exterior do país — tal como ocorria outrora — que explica o volumoso comércio apresentado pelo Estado. Se no passado o comércio exterior forneceu a Pernambuco o impulso básico do seu desenvolvimento, tem este hoje, quantitativamente, expressão modesta no Estado, visto representarem as exportações para o exterior menos de 1/5 do total exportado pelo Estado e cerca de tão-somente 7% da renda interna estadual, contra 35 a 40% do comércio total de exportação. É o relacionamento com os demais Estados da Federação, portanto, responsável pela geração de mais de 4/5 dos fluxos comerciais de Pernambuco.

Esta enorme importância do comércio interno para Pernambuco — e de modo especial o comércio com Estados não nordestinos — é fenômeno relativamente recente pois apresentava pouca expressão ainda nas primeiras décadas deste século quando não passava então o Brasil de um conjunto de ilhas econômicas desarticuladas entre si, a despeito de inteiramente articuladas ao comércio internacional pela navegação de longo curso. A ausência ou precariedade da rede de comunicações internas impedia o intercurso interregional de comércio, que se fazia em quase totalidade pela navegação de cabotagem, meio de transporte que nunca teve grande expressão no País. Na medida, porém, em que se processava a integração viária das regiões, ganhava importância o comércio interno, funcionando a expansão das rodovias como um mecanismo análogo, economicamente, a um processo contínuo de redução de barreiras alfandegárias, com implicações notáveis sobre a economia estadual, como será examinado adiante.

Conclui-se, em suma, que as vinculações do Estado com o exterior da nação eram, no passado, muito mais fortes do que com outras regiões do País. No século XX, e sobretudo nas últimas décadas, a dependência econômica do Estado em relação ao exterior reduziu-se de maneira considerável, o que ocorria *pari passu* com o fortalecimento dos vínculos econômicos com o resto do País, ou seja, na medida em que se intensificava o processo de integração entre as diversas regiões brasileiras. Caberia perguntar, então, se o comércio interno tem constituído uma fonte de dinamismo para a economia do Estado e se a mudança ocorrida nos padrões de dependência econômica — do exterior para o resto do País — tem-se verificado de modo a proporcionar efetivas vantagens para a economia estadual.

Uma idéia da evolução recente do comércio de mercadorias de Pernambuco com o exterior pode ser extraída a partir das Tabelas 2, 3, 4 e 5.*

A exemplo do que ocorreu na Região Nordeste^{7.95-124} a evolução do comércio externo de Pernambuco apresentou na década passada um descompasso progressivo no ritmo de crescimento de suas exportações e importações totais. Ao longo do período estudado, o comércio de exportação se mostrou estagnado e mesmo com uma ligeira tendência a queda, a despeito de dar a impressão de revelar leves sinais de recuperação no último triênio da série disponível, quando as exportações cresceram a taxas positivas de 3,5%, 13,3% e 7,3%, nos anos de 1966 a 1968, respectivamente. O comércio de importações, ao contrário, excluindo-se o ano de 1962, revelou impressionante dinamismo, especialmente nos 3 últimos anos da série, quando as importações evoluíram a uma taxa média anual de cerca de 15%, com firme tendência à aceleração.

Segundo informações parciais disponíveis, complementadas com algumas inferências a partir dos padrões de evolução da economia nacional, não parece haver dúvidas de que gozava Pernambuco, até a década de 50, de *superavit* relativamente grande nas suas operações comerciais com seu exterior. Se bem que até o ano de 1959 era deficitário o comércio com o exterior do País, (ver Tabela 2) o comércio interno, seja com o Nordeste, seja com os demais Estados da Federação, proporcionava a Pernambuco um substancial saldo de balanço comercial, suplantando em muito o deficit com países estrangeiros. Tal situação decorria da colocação nos mercados nacionais de grande parte dos excedentes estaduais do açúcar, do algodão e de produtos têxteis, sobretudo, e também resultava, de certa forma, da privilegiada posição no Nordeste de que desfrutava o parque industrial do Estado. Dessa forma, mesmo supondo negativa a conta de serviços, o que parece correto, devia apresentar um elevado saldo positivo o balanço de transações correntes. E assim, portanto, mesmo se se acredita ter gozado Pernambuco de certo equilíbrio no seu balanço de pagamentos, resultavam ser substanciais — para as dimensões da economia estadual — os fluxos de capitais para fora do Estado, via sistema financeiro, possivelmente à exceção dos anos de seca, quando se processavam elevados movimentos de capitais para a região Nordeste, para atendimento das populações flageladas.

Voltando ao exame dos fluxos de comércio, observa-se que no primeiro ano da década passada, tornou-se favorável o balanço comercial com o exterior do País, posição mantida até o ano de 1974 e, aparentemente, sem

* Os dados básicos que serviram à confecção das tabelas citadas foram extraídos dos seguintes documentos: SUDENE/AT. *Evolução das exportações do Nordeste para o exterior*. Recife, 1969. Mimeo. SUDENE/AT. *Importância do comércio exterior no desenvolvimento da economia do Nordeste*. Recife, 1970. Mimeo.

TABELA 2
 PERNAMBUCO: COMÉRCIO EXTERNO DE MERCADORIAS, 1956-1968
 (A Preços de 1967)

COMÉRCIO EXTERNO (CR\$ 1.000.000,00)											
Anos	EXPORTAÇÕES						IMPORTAÇÕES				
	Para o Exterior	Para o País			Totais	do Exterior	Nordeste	do País		Total	Totais
		Nordeste	Resto do País	Total				Resto do País	Total		
1956	30,6	122
1957	107	133
1958	94,0	109
1959	75,2	116
1960	131	410	222	632	92,5	56,3	465	521	613	613	613
1961	124	430	192	622	104	134	476	610	714	714	714
1962	125	433	192	825	99,8	124	532	656	756	756	756
1963	160	412	173	585	99,8	170	315	485	585	585	585
1964	115	434	162	596	94,6	201	451	652	747	747	747
1965	160	439	109	548	84,0	210	448	658	742	742	742
1966	153	474	106	580	105	198	506	704	809	809	809
1967	162	552	114	666	121	192	625	817	939	939	939
1968	181	587	121	708	163	151	801	952	1.115	1.115	1.115

FONTE: DOS DADOS ORIGINAIS: IBGE E SUDENE-AT.

TABELA 3
 PERNAMBUCO: ÍNDICES DAS EXPORTAÇÕES DE MERCADORIAS, 1956-1968
 (A PREÇOS DE 1967)

ANOS	EXPORTAÇÕES										
	PARA O EXTERIOR			PARA O PAÍS						TOTALS	
	ÍNDICE 1960=100	VARIACÃO ANUAL	TOTALS	NORDESTE		RESTO DO PAÍS		ÍNDICE 1960=100	VARIACÃO ANUAL	ÍNDICE 1960=100	VARIACÃO ANUAL
				ÍNDICE 1960=100	VARIACÃO ANUAL	ÍNDICE 1960=100	VARIACÃO ANUAL				
1956	23,3	-
1957	81,2	249
1958	71,6	-11,8
1959	57,3	-20,0
1960	100,0	74,4	100	-	95,2	100	100	-	100	-	100
1961	94,4	- 5,8	98,6	-1,4	100	5,0	86,6	-13,4	97,8	-2,2	97,8
1962	95,3	1,0	99,0	-0,4	101	0,7	86,4	- 0,2	98,4	0,5	98,4
1963	122	28,1	92,6	-6,5	95,7	-5,0	77,9	- 9,8	97,6	-0,7	97,6
1964	38,0	-27,9	94,3	1,8	100	5,3	72,9	- 6,5	93,2	-4,6	93,2
1965	122	38,5	86,9	-7,9	102	1,3	49,3	-32,3	92,9	-0,3	92,9
1966	117	-4,2	91,9	5,8	110	8,0	47,1	- 4,4	96,2	3,5	96,2
1967	124	6,0	106	14,9	128	16,4	51,5	9,3	109	13,3	109
1968	135	11,2	112	6,2	136	6,3	54,7	6,1	117	7,3	117

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: IBGE E SUDENE-AT.

TABELA 4
 PERNAMBUCO: ÍNDICES DAS EXPORTAÇÕES DE MERCADORIAS, 1956-1968
 (A PREÇOS DE 1967)

ANOS	IMPORTAÇÕES													
	DO EXTERIOR			DO PAÍS									TOTAIS	
	ÍNDICE 1960=100	VARIÇÃO ANUAL	ÍNDICE 1960=100	TOTAIS VARIÇÃO ANUAL	NORDESTE ÍNDICE 1960=100	VARIÇÃO ANUAL	RESTO DO PAÍS ÍNDICE 1960=100	VARIÇÃO ANUAL	ÍNDICE 1960=100	VARIÇÃO ANUAL	ÍNDICE 1960=100	VARIÇÃO ANUAL		
1956	132	-		
1957	143	8,8		
1958	118	-18,1		
1959	126	7,0		
1960	100	-20,5	42,1	100		
1961	112	12,2	100	137	...	102	2,5		
1962	108	-3,9	92,7	-7,3	...	114	11,7		
1963	109	0,4	127	37	67,9	...	-40,7		
1964	102	-5,2	150	18	97,1	...	43,0		
1965	90,8	-11,2	157	4,7	96,5	...	-0,6		
1966	113	24,5	148	-5,8	109	...	12,9		
1967	131	16,0	144	-2,9	135	...	23,5		
1968	176	34,5	113	-21,5	172	...	28,1		

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: IBGE E SUDENE-AT.

TABELA 5
 PERNAMBUCO: EVOLUÇÃO DOS SALDOS DOS BALANÇOS
 COMERCIAIS, 1956-1968
 (A PREÇOS DE 1967)

Anos	SALDO DOS BALANÇOS COMERCIAIS (Cr\$ 1.000.000,00)				
	Com o Exterior	Com o País			Total Geral
		Nordeste	Resto do País	Total	
1956	-91,5
1957	-26,2
1958	-14,7
1959	-41,1
1960	38,7	353	-243	110	149
1961	20,0	297	-284	13,0	33,0
1962	25,3	309	-340	-31,0	5,65
1963	60,4	242	-143	99,2	160
1964	20,9	233	-289	-56,4	-35,5
1965	76,0	229	-339	-110	-34,1
1966	48,7	276	-401	-125	-76,3
1967	41,1	360	-511	-151	-110
1968	17,6	435	-679	-243	-226

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: SUDENE-AT.

nenhum indício de reversão. Entretanto, mesmo com a inversão ocorrida no comércio exterior, desaparece nos primeiros anos da década a situação aparentemente favorável de que gozava o Estado em relação ao seu balanço total de comércio. Em virtude da relativa estagnação do seu comércio de exportação e do elevado dinamismo das importações, passou o Estado a apresentar saldos negativos no seu balanço comercial, deficits que inicialmente pequenos, em termos relativos, tornaram-se crescentes em meados da década passada, de modo a representarem já em 1968 — último ano para o qual se dispõe de informações completas — cerca de 8% da renda interna líquida do Estado.

O exame dos fluxos comerciais do Estado, por destino e origem, permite localizar precisamente onde ocorreram as transformações mais expressivas no relacionamento da economia pernambucana com o seu exterior e possibilita, particularmente, investigar as razões principais da inversão do seu saldo comercial.

Com respeito ao comércio com o exterior do País, já foi visto que até 1959 era deficitário o balanço comercial. A partir de 1960, em virtude da exclusividade concedida ao Nordeste nas exportações do açúcar brasileiro

para o mercado preferencial americano, inverteu-se a posição do Estado, situação que perdura até hoje. Registre-se, todavia, que a modificação ocorrida foi do tipo "once for all" pois daquele ano até 1972 — quando se dá uma escassez anormal do açúcar nos mercados internacionais — mantiveram-se virtualmente estagnadas as exportações do produto. Tal tipo de acontecimento, via de regra, não é capaz de fornecer impulsos dinâmicos à economia pois, como é sabido, além de expressiva é necessário que a demanda externa seja crescente para constituir o comércio uma fonte realmente importante de crescimento. Ademais de tudo, ocorreria simultaneamente com a colocação do açúcar nordestino no mercado americano a perda dos importantes mercados do Centro-Sul — que se tornara auto-suficiente do produto — anulando de forma acentuada os benefícios trazidos pela conquista do novo mercado internacional. *

Merece registro, de igual modo, o comportamento apresentado pelas importações. A inversão do saldo comercial com o exterior do País, mencionado acima, não se deveu apenas a um melhor desempenho das exportações, mas também de maneira importante à drástica redução das importações provenientes do exterior (ver Tabela 4). Na verdade, essas importações atingiram em 1965 um nível que era 35% mais baixo do que o do ano de 1957, se as importações são medidas em cruzeiros constantes de 1967, e a mais de 50% se são medidas em termos de dólares correntes. Ocorreu, portanto, como seria de esperar, uma sensível alteração no sentido dos fluxos das importações, resultado, por certo, das políticas tarifária e cambial e da Lei do Similar Nacional adotadas no Brasil, acarretando a substituição gradativa das fontes supridoras do exterior pelas do Centro-Sul do País, a bem da verdade, com flagrantes desvantagens para o Estado, em vista dos conhecidos baixos níveis de eficiência do parque industrial brasileiro, quando medidos com base em padrões internacionais.

No triênio 1966-68, porém, parece verificar-se uma interrupção da tendência declinante das importações, que passam a revelar relativo dinamismo, sem ficar configurada, todavia, até anos recentes, verdadeira evidência de inversão de tendência*. Ocorreu, ao que parece, expansão acelerada em alguns itens da pauta de importação (ver tabela 6), em decorrência da demanda criada pela implantação de novas fábricas instaladas no Estado, notadamente de máquinas e equipamentos ainda não produzidos

* Segundo informações coligidas pelo GTDN, enquanto as exportações de açúcar do Nordeste para o Centro-Sul totalizaram, em média, 408 mil toneladas anuais no período 1948-56, as realizadas para o exterior do País não atingiram as 142 mil toneladas. Ver GTDN, op. cit. p. 39.

* * No quinquênio 1970-74 foi substancial o saldo do balanço comercial com o exterior, face à explosão dos preços do açúcar nos mercados internacionais, a partir de 1972. As importações de Pernambuco apresentaram porém, moderada evolução até 1972, registrando crescimento espetacular em 73 e 74, por certo mais como decorrência dos aumentos explosivos nos preços internacionais, do que propriamente devido a dinamismo da demanda pernambucana de importações do exterior.

TABELA 6
 PERNAMBUCO: IMPORTAÇÕES DO EXTERIOR DO PAÍS POR CLASSE DE MERCADORIAS
 EM PERCENTAGENS DO VALOR US\$ CIF., 1957 E 1960-1969

Classes de Mercadorias	ANOS										
	1957	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969
Gêneros aliment. e bebidas	27,70	33,81	32,75	36,80	43,04	41,50	45,11	48,02	53,57	37,14	38,85
Máquinas e veículos, seus pertences e acessórios	23,82	25,24	31,25	27,00	21,13	27,20	20,11	26,39	19,22	31,90	35,46
Matérias primas em bruto e preparadas	23,48	19,52	16,98	17,95	13,07	11,41	11,88	10,18	9,83	13,84	5,14
Produtos químicos farmacêuticos e semelhantes	15,52	12,38	10,63	8,58	11,80	10,00	11,20	9,21	9,37	9,13	6,98
Manufaturas classificadas principalmente segundo a matéria prima	8,41	8,21	6,93	8,34	10,05	9,00	9,96	4,78	6,64	6,00	6,98
Artigos manuf. diversos	0,77	0,60	1,64	1,31	0,89	1,03	1,60	1,56	1,38	1,80	1,93
Ouro, moedas e transações especiais	0,19	0,25	0,14	0,01	0,05	0,05	0,04	0,03	0,03	0,08	0,00
Animais vivos	0,04	—	—	—	—	—	—	—	—	0,03	0,13
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: DADOS ORIGINAIS: Anuários Estatísticos de Pernambuco.

no Centro-Sul do País. São, no entanto, ainda os gêneros alimentícios os produtos mais importantes de nossas importações, representando no ano de 1969 perto de 40% de todas as importações pernambucanas do exterior.

Analisando perspectivamente agora, o setor externo, é difícil admitir que possa o comércio com o exterior do País constituir uma fonte importante de crescimento futuro para a economia pernambucana. Se bem que o açúcar atingiu em anos recentes conjuntura de excepcional favorabilidade * não se pode acreditar ser duradoura a situação em relação ao produto, visto já se revelarem nos primeiros meses de 1975, uma relativa normalização nos mercados internacionais, com sensível tendência de regresso aos preços do início da década. Ademais, vários outros fatores devem ser considerados para se avaliar, em termos perspectivos, a importância do açúcar como fonte de crescimento para a economia pernambucana. Um deles se refere à suspensão do bloqueio econômico contra Cuba, conforme decisão recente da Organização dos Estados Americanos. Como, durante todo o período que precedeu à suspensão do bloqueio, não deixou o movimento liderado por alguns países latino-americanos, de contar com a boa vontade e mesmo o incentivo dos Estados Unidos, por óbvias razões de política internacional, é praticamente imediato que voltará o país cubano a disputar novamente os mercados ocidentais do açúcar, particularmente os dos Estados Unidos, não sendo difícil inferir, portanto, que serão o Nordeste, em geral, e de modo especial Pernambuco, seriamente atingidos. Outro fator diz respeito à relativa inelasticidade da oferta do açúcar no Estado significando que, mesmo se forem promissoras as perspectivas quanto à expansão do quantum exportado, não teria condições Pernambuco de se beneficiar amplamente de novo surto da demanda internacional, pois é sabido não oferecer o Estado condições naturais favoráveis para grande expansão da área cultivada com a cana.** Por fim, embora ainda sem esgotar as dificuldades por que passaria o parque açucareiro do Estado, merece especial consideração a política adotada na Região pelo IAA, de retenção do diferencial de preços que o organismo paga ao produtor e aquele que é obtido nas vendas nos mercados internacionais.*** Como a retenção parece ser realmente elevada, parte significativa dos aumentos registrados nos preços

* O preço médio do açúcar exportado pelo Brasil evoluiu de 127 dólares, no período 1968/72, para 197 dólares em 1973 e 559 dólares em 1974. Ver BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório anual 1974*, Brasília, 11(3) mar. 1975.

** Restaria, evidentemente, a alternativa — bem mais difícil — de crescimento da oferta por incrementos nos níveis de produtividade, quer agrícola quer industrial. A experiência brasileira com a sua agricultura não autoriza, porém, otimismo exagerado, pois não se conhecem exemplos expressivos, na agricultura nacional, de crescimento resultante de aumentos significativos de produtividade. (Ver do autor: *Recent Trends in the Agricultural Development of Brazil: The perspectives of a Green Revolution*. CME-PIMES, Texto para discussão nº 21, setembro de 1975).

*** Esta política de retenção, chamada por alguns de confisco cambial, representaria sem dúvida uma drástica transferência de recursos do Nordeste para o resto do País, caso o IAA não os gastasse na própria região.

não é apropriada pelos produtores e na medida em que não se procure uma alternativa eficiente de gastar os recursos no Estado, pouca repercussão teria para Pernambuco uma elevação nas exportações que consiste tão-somente em alterações nos preços.

O açúcar, é bom lembrar, representa cerca de 70 a 80% da pauta de exportações de Pernambuco para o exterior do País, sem apresentar indícios de perda de sua importância relativa nem mesmo em período mais recente, a exemplo dos primeiros quatro anos da década dos 70, como se pode observar pela Tabela 7. A evidência, portanto, é a de que a posição externa do Estado estará fortemente associada às condições futuras da comercialização do produto nos mercados internacionais. A mesma tabela citada revela, também de modo inequívoco, como se concentra o restante das exportações pernambucanas em conjunto pouco diversificado de produtos tradicionais, particularmente o algodão em pluma, os óleos de mamona e outros derivados da cana tais como os melaços e o álcool etílico — todos produtos de reconhecidamente baixas elasticidades — renda de demanda e sujeitos a largas flutuações de preços nos mercados mundiais. Os novos itens da pauta de exportações, a exemplo de calçados, sucos de frutas, componentes de telefonia e mesmo refrigeradores e aparelhos de ar condicionado, têm comparecimento apenas simbólico, não parecendo, em futuro próximo, serem capazes de comandar tendência para uma diversificação expressiva das exportações estaduais. Um otimismo baseado na suposição de que o quadro descrito poderá sofrer alterações na medida em que se consolidar o recente parque industrial em formação no Estado, não parece bem fundado. A política federal de estímulo às exportações via incentivos fiscais e financeiros, e a política cambial baseada em desvalorizações periódicas do cruzeiro, adotada no País desde o ano de 1968, vem se constituindo em instrumentos realmente eficazes para a expansão das exportações, a nível nacional. Entretanto, o impacto dessas medidas não deverá ser grande, como não o foi até agora, em Pernambuco. Afora casos especiais de enclaves estrangeiros em regiões subdesenvolvidas, há escassos registros históricos de economias que tenham obtido sucesso nos mercados internacionais de produtos industrializados, sem antes terem desenvolvido um largo mercado interno, capaz de proporcionar às indústrias exportadoras a geração das economias internas e externas necessárias para o acesso aos disputados e competitivos mercados mundiais de manufaturados.

Analisando, agora, o comércio interno, ou seja, aquele entre Pernambuco e as demais Unidades da Federação, vale destacar inicialmente o realizado entre o Estado e a Região Nordeste. Em virtude de sua situação geográfica privilegiada — em meio ao Nordeste —, do seu porto marítimo e da importância regional de sua capital, apresenta Pernambuco uma posição peculiar na Região, destacando-se como centro redistribuidor para o Nordeste de mercadorias importadas de todas as partes do País e mesmo do exterior, conforme se pode verificar pela Tabela 2, já citada. Esse comércio de Pernambuco com os demais Estados da região lhe proporciona um substancial

TABELA 7
EXPORTAÇÕES DE PERNAMBUCO PARA O EXTERIOR DO PAÍS
1969 - 1974

DISCRIMINAÇÃO	1969		1970		1971		1972		1973		1974	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
	(Em US\$ 1.000)											
1. <i>Produtos primários</i>	80.571	91,00	74.881	88,77	78.067	86,73	171.518	89,11	157.643	77,68	345.476	82,25
Açúcar	-	74,00	-	74,46	-	78,35	-	78,73	-	67,73	-	74,00
Demerara	65.520	74,00	62.807	74,46	70.520	78,35	151.357	78,63	118.778	58,53	266.494	63,44
Cristal	-	-	-	-	-	-	188	0,10	-	7,691	3,79	36,114
Refinado	-	-	-	-	-	-	-	-	10,985	5,41	34,257	8,16
Algodão em pluma	4.980	5,62	3.756	4,45	1.656	1,64	10.487	5,45	7.163	3,53	7.344	1,75
Café em grão	2.489	2,81	2.645	3,14	817	0,91	846	0,44	1.521	0,75	981	0,23
Favelo de caroço de algodão	-	-	-	-	-	-	797	0,41	489	0,25	-	-
Lagosta frigorificada	2.252	2,54	2.432	2,88	3.356	3,93	4.090	2,12	2.621	1,29	6.347	1,51
Minérios	-	-	00	-	00	-	1.983	1,03	2.162	1,07	3.330	0,79
Outros	5.330	6,02	3.241	3,85	1.538	1,71	1.770	0,92	6.223	3,07	10.609	2,53
2. <i>Produtos industrializados</i>	7.967	9,00	9.472	11,23	11.942	13,27	20.967	10,89	45.293	22,32	74.579	17,75
Melão não comestível	856	0,97	2.719	3,22	4.347	4,83	7.417	3,85	15.085	7,43	24.592	3,85
Óleo de mamona	4.381	4,95	3.934	4,66	4.373	4,86	6.981	3,63	10.517	5,18	11.476	2,73
Alcool etílico	459	0,52	501	0,59	317	0,35	824	0,43	2.841	1,40	13.800	3,29
Calçados	2	00	6	00	91	0,10	130	0,07	235	0,12	162	0,04
Componentes p/telefone	-	-	48	0,06	760	0,84	1.129	0,59	3.381	1,67	6.296	1,50
Cimento	-	-	-	-	-	-	-	-	1.682	0,83	2.059	0,49
Ron	902	1,02	1.305	1,62	1.402	1,56	1.687	0,88	2.439	1,20	2.498	0,59
Tecido de algodão	67	0,08	188	0,22	56	0,06	1.482	0,77	3.670	1,80	3.447	0,82
Outros	1.300	1,47	711	0,85	596	0,66	1.317	0,68	5.443	2,68	10.249	2,44
T o t a l	88.538	100	84.353	100	90.009	100	192.485	100	202.936	100	420.055	100

Fonte dos dados básicos: Anuários Estatísticos de Pernambuco.

saldo de balanço, em parte compensando o seu volumoso e crescente deficit para com o resto do País (ver Tabela 5). Com efeito, as exportações de Pernambuco para o resto do Nordeste corresponderam, em 1967, a cerca de 43% do total dos fluxos intra-regionais e o seu saldo para com a Região equivaleu aproximadamente a cerca de 17% da renda interna do Estado. O valor dessas exportações, ademais, correspondeu, naquele ano, a 67% do total exportado do Estado (incluindo-se as exportações para o exterior) e a quase 59% de todas as importações de Pernambuco, indicando, assim, que parte expressiva das importações do Estado é reexportada para os demais Estados da Região.

O exame da evolução dos fluxos intra-regionais de comércio, no período de 1960-68, revela que as exportações de Pernambuco para o Nordeste se mostraram estagnadas até 1965, a partir de quando passaram a apresentar relativo dinamismo, evoluindo a uma taxa média anual de 10%, no último triênio do período. Em contrapartida, as importações provenientes da Região de ascendentes até 1965, passam a declinar sensivelmente a partir desse ano, reduzindo-se em cerca de 10% em média, anualmente, nos últimos três anos da série (ver Tabelas 3 e 4). A continuar, portanto, a tendência de o Estado comprar cada vez menos do Nordeste e vender cada vez mais a essa região, será ampliado — ao contrário do que seria válido esperar — o papel de centro redistribuidor de mercadorias, exercido pelo Estado de Pernambuco, o que certamente aconteceria sem trazer vantagens seja para o Estado seja para a Região como um todo se tal fenômeno estiver expressado — como parece ser o caso — nada mais que um deslocamento de fontes supridoras nordestinas, tanto no sentido do Nordeste para o Estado quanto deste para a Região.

Ora, se tanto o balanço com o exterior do País como o resultante do realizado com a Região Nordeste, apresentam-se superavitários, é portanto o comportamento do comércio de Pernambuco com o resto do País que explica o desequilíbrio crescente do balanço comercial do Estado.

A tabela 5 evidencia com bastante clareza, para o período de 1960-68, a evolução dos saldos comerciais de Pernambuco no relacionamento com o seu exterior. Mostram os dados (ver também Tabelas 3 e 4) que enquanto as importações estaduais de fora da Região Nordeste revelam firme tendência à expansão, especialmente no último triênio da série, com taxas de crescimento de cerca de 22%, em média, anualmente, caem de modo acentuado as exportações pernambucanas para o resto do País (exclusive o Nordeste), com ligeira tendência à recuperação apenas nos dois últimos anos do período estudado. Com efeito, ao passo que as exportações estaduais para o resto do País caem em 1968, em relação a 1960, para cerca de metade apenas do valor exportado *; as importações revelam uma quase duplicação de valor

* As exportações de Pernambuco para o resto do País (exclusive o Nordeste) caíram de uma média de Cr\$ 202 milhões (a preços constantes de 1967) no triênio 1960-62, para Cr\$ 114 milhões, no triênio de 1966-68.

no mesmo período. Resultou daí um volumoso e crescente déficit comercial que não tem mais sido coberto, como no passado, com os saldos positivos das transações de Pernambuco com o Nordeste e o exterior do País.

A investigação das razões que explicam o desequilíbrio assinalado é questão da mais alta importância para Pernambuco, pelas implicações sobre a base econômica estadual e sobre as perspectivas quanto ao desenvolvimento futuro do Estado. Conhecer as causas mais profundas do desequilíbrio é, de certa forma, compreender também as razões principais que têm levado Pernambuco a presenciar uma perda crescente da sua importância econômica no cenário nacional e mesmo regional e que, de igual modo, têm sido em parte responsáveis pelo visível empobrecimento relativo e talvez mesmo absoluto, da sua população.

Vale examinar de início a natureza e a direção dos fluxos comerciais que se processam entre Pernambuco e as diversas regiões do País. Os dados contidos na Tabela 8 revelam o importante fato de que os mercados con-

TABELA 8
PERNAMBUCO
EXPORTAÇÕES POR VIAS INTERNAS, SEGUNDO AS REGIÕES DE DESTINO 1967-1969

Regiões	1967		1968		1969	
	Valor em (Cr\$ 1.000)	%	Valor em (Cr\$ 1.000)	%	Valor em (Cr\$ 1.000)	%
Norte	8.340	1,3	9.344	1,1	11.300	1,1
Nordeste	544.402	86,6	712.328	85,7	874.120	84,5
Centro Oeste	3.036	0,5	4.163	0,5	5.710	0,5
Sul	7.047	1,1	10.283	1,2	13.808	1,3
Sudeste	66.082	10,5	95.294	11,5	129.846	12,6
São Paulo	43.295	6,9	62.392	7,5	85.785	8,3
Rio de Janeiro*	16.670	2,7	24.262	2,9	30.323	2,9
TOTAL	628.907	100	831.412	100	1.034.784	100

FONTE: FIBGE. Comércio Interestadual - Exportação por Vias Internas, Pernambuco, 1967, 1968 e 1969.

* Inclui o antigo Estado da Guanabara.

sumidores da região economicamente mais desenvolvida do País — o Sudeste — apresentam reduzida expressão no que diz respeito à absorção de exportações pernambucanas. Com efeito, esta região absorveu de Pernambuco, no período 1967/69, tão-somente 11% de todas as exportações estaduais por vias internas, enquanto 85% dessas exportações eram destinadas aos demais Estados nordestinos.* E São Paulo, o Estado mais desenvolvido do País, concorria tão-somente com 7 a 8% da demanda total pelas exportações de Pernambuco.

Parece não restar dúvida, porém, de que representou o Sudeste em passado recente, papel bem mais importante como demandador de produtos pernambucanos. À falta de informações mais completas sobre o intercuro comercial do Estado com a região citada, em décadas passadas, contrapõem-se alguns registros fragmentários porém suficientemente indicativos de que outrora constituía Pernambuco fonte supridora de não desprezível importância para os mercados centro-sulinos. É o que mostra a tabela abaixo, cujos dados se bem que relativos a exportações nordestinas para

TABELA 9
EXPORTAÇÕES DE AÇÚCAR E DO ALGODÃO DO NORDESTE
(1.000 toneladas)

ANOS	AÇÚCAR			ALGODÃO		
	Para o Centro-Sul	Para o Exterior	Total	Para o Centro-Sul	Para o Exterior	Total
1948	340	318	658	75	21	96
1949	459	38	497	50	3	53
1950	403	24	427	53	8	61
1951	455	18	473	50	15	65
1952	346	43	389	34	1	35
1953	362	256	618	42	—	42
1954	402	162	564	73	25	98
1955	324	399	723	77	37	114
1956	585	19	604	104	6	110

FONTE: GTDN "Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste", 1950, 2 ed. Recife, Sudene, 1967. p. 39.

* As regiões Sul, Norte e Centro-Oeste aparecem com presença apenas simbólica como demandadoras de exportações de Pernambuco, as duas primeiras com participações de pouco mais de 1% e a última com cerca de 0,5%, indicando ser praticamente nula a penetração dos produtos pernambucanos nos mercados dessas regiões.

o Centro-Sul, não escondem a ponderável presença de Pernambuco, especialmente no caso do açúcar. Ademais, embora não presentes na tabela acima, sabe-se com certeza que além do algodão e do açúcar, outros produtos pernambucanos, particularmente os da indústria têxtil e da de gêneros alimentícios, encontravam nos mercados extra-regionais fonte importante de escoamento.

Informações recentes sobre os fluxos inter-regionais de comércio, todavia, revelam a perda praticamente total dos amplos mercados de que gozava a Região Nordeste, e sobretudo o Estado, na região Sudeste do País. Na pauta de exportações de Pernambuco para os dois estados mais importantes do Sudeste — São Paulo e Rio de Janeiro* — conforme se pode verificar pela Tabela 10, registraram-se o desaparecimento total do açúcar e as presenças diminutas dos produtos têxteis, bem como do algodão e de outras matérias-primas produzidas no Estado.**

O fato é que passou o Nordeste e, de modo especial Pernambuco, a constituir um mercado de maiores proporções para o Centro-Sul do que esta região para o Nordeste como um todo e para o Estado, tornando-se o Centro-Sul vendedor em Pernambuco e nos demais Estados nordestinos de quantidade substancialmente maior de mercadorias do que as compradas ao Nordeste e, particularmente, a Pernambuco.

Não seria válido esperar, ao contrário do que ocorreu, que o intenso crescimento da economia brasileira, e particularmente o da região Sudeste do País, acarretasse uma demanda crescente pelos produtos de exportação de Pernambuco?

Positiva seria a resposta se tivessem sido outros os padrões de desenvolvimento da economia nacional. Ocorreu, entretanto, que o enorme desenvolvimento verificado na região economicamente mais avançada do País edificou-se sobre bases eminentemente competitivas em relação ao Nordeste, e Pernambuco, que tinha mais a perder — pela condição altamente especializada de sua economia e pelo relativo grau de desenvolvimento alcançado pelo seu parque industrial — foi o mais afetado dos Estados nordestinos.

Não é difícil encontrar razões para explicar os padrões de desenvolvimento assumidos pelas regiões mais avançadas do País. O Centro-Sul, e particularmente o Sudeste, apresentavam condições naturais bem mais favoráveis que o Nordeste para a expansão da produção agrícola. Contando com numerosa população — que lhe fornecia mão-de-obra abundante e de

* Inclusive o antigo Estado da Guanabara.

** Em 1969, apenas Maranhão, Piauí e Sergipe, no Nordeste, compraram menos a Pernambuco do que São Paulo; e apenas Sergipe comprou menos do que a Guanabara e o Rio de Janeiro juntos.

TABELA 10
EXPORTAÇÃO POR VIAS INTERNAS DE PERNAMBUCO
PARA OS ESTADOS DE S.PAULO E RIO DE JANEIRO *
1969

CLASSES	PRODUTOS	SÃO PAULO	RIO DE JANEIRO
I	ANIMAIS VIVOS		
II	MATÉRIAS PRIMAS EM BRUTO E PREPARADAS	3.183	1.946
	Peles e couros de gado	2.199	1.485
	Algodão	42	188
	Outras fibras vegetais	540	128
III	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS	3.806	3.200
	Bebidas alcoólicas não fermentadas	2.888	2.556
	Cacau	375	0,0
	Preparações de açúcar	116	0,0
	Preparações de frutas	0,0	192
	Laticínios	0,0	162
IV	PRODUTOS QUÍMICOS, FARMACÊUTICOS E SEMELHANTES	5.458	2.196
	Medicamentos	1.585	593
	Inseticidas, fungicidas e desinfetantes	0,0	1.262
	Explosivos	1.075	0,0
	Tintas, secantes e vernizes	531	0,0
	Cores, pigmentos e opacificantes p/ cerâmica	303	0,0
V	MÁQUINAS E VEÍCULOS, SEUS PERTENCES E ACESSÓRIOS	20.131	5.761
	Artigos elétricos	6.187	273
	Geladeiras, refrigeradores e semelhantes	5.174	2.860
	Veículos a motor e seus acessórios	2.723	0,0
	Aparelhos de Telecomunicação	1.674	356
	Máquinas e aparelhos p/ ind. gráfica	0,0	310
VI	MANUFATURAS CLASSIFICADAS PRINCIPALMENTE SEGUNDO A MAT.PRIMA	36.621	10.472
	Tecidos comuns de algodão	25.060	6.858
	Materiais p/ construção	2.894	0,0
	Roupas de cama e mesa	2.418	1.617
	Papel e cartão em bobinas, folhas ou rolos	0,0	487
VII	ARTIGOS MANUFATURADOS DIVERSOS	14.077	3.945
	Roupas feitas	4.769	2.310
	Lanternas e lâmpadas portáteis	2.956	0,0
	Calçados de mat. plástica	1.495	0,0
	Outros calçados	955	0,0
VIII	OURO, MOEDAS, TRANSAÇÕES ESPECIAIS	2.510	2.800
	Mercadorias em retorno	2.495	2.792

FONTE: FIBGE, *Exportações por vias internas, PE. 1969.*

* Inclui o antigo Estado da Guanabara

baixo custo — mais capitalizada e sem muitas opções para ocupações alternativas dos seus recursos produtivos adicionais e tendo recebido o apoio de uma política econômica que, se desprezava qualquer noção de eficiência quando se tratava de proteger as atividades econômicas nacionais contra a competição estrangeira — via tarifas e outros instrumentos da política comercial — aplicava com rigor o princípio do maior retorno quando estavam envolvidos interesses regionais, não seria de admirar que rapidamente a região Sudeste atingisse elevado grau de autarquia em relação ao resto do País.

O Sudeste cresceu, portanto, competindo com o Nordeste em praticamente todas as linhas de produção. Esta última região, sem contar com os abundantes mecanismos da política comercial, que garantiram às indústrias do País a necessária proteção vis-à-vis o exterior, foi perdendo terreno até mesmo naquelas atividades nas quais outrora eram mais evidentes suas vantagens comparativas face ao Centro-Sul.

A Tabela 11 fornece a evidência para o produto mais importante da economia pernambucana: o açúcar. Observe-se que até quase o final da década dos 40 era modesta a produção desse produto nos Estados centro-sulinos, sendo a produção de São Paulo — o maior produtor dessa região — ainda inferior à do Estado de Pernambuco. A partir de então registra-se notável expansão da produção açucareira nesses Estados, de modo que nos primeiros anos dos 50 já superava ligeiramente São Paulo a produção pernambucana e no início dos 70, a despeito de Pernambuco ter triplicado o volume produzido, a produção paulista superava em cerca de três vezes e meia a produção pernambucana. Passou, portanto, o Sudeste, a abastecer a si próprio e a conquistar parte significativa dos mercados nacionais do açúcar e a gerar apreciável excedente exportável que disputa hoje com o Nordeste, os mercados internacionais.

O processo de autarquização das economias centro-sulinas atingiu, de igual modo, outros segmentos importantes da indústria pernambucana. Merece registro especial o caso da indústria têxtil-algodoeira, cuja importância na economia do Estado é salientada pelo fato de que em 1950 era responsável por cerca de 1/3 da produção manufatureira estadual e por 40% de todo pessoal ocupado na indústria de transformação.^{5:136} A tabela 12 é esclarecedora de quão duramente atingida foi esta indústria pois enquanto a produção de tecidos de algodão se expandia a taxas expressivas nos três Estados mais importantes do Sudeste, que registraram, englobadamente, aumento de quase 60% na quantidade produzida entre 1946 e 1969, declinava em quase 40% a produção pernambucana no mesmo período, passando o parque têxtil do Estado à condição de supridor marginal nos mercados nacionais e até mesmo no regional.

Também merece destaque pelos seus efeitos sobre a base econômica de Pernambuco, as tendências recentes quanto à distribuição da renda na-

TABELA 11
PRODUÇÃO DE AÇÚCAR EM PERNAMBUCO, SÃO PAULO,
PARANÁ, MINAS GERAIS, RIO DE JANEIRO E ALAGOAS
1946/1973
 (1.000 toneladas)

Anos	ESTADOS					
	Pernambuco	S. Paulo	Paraná	M. Gerais	R. Janeiro	Alagoas
1946	388	293	3	155	192	124
1946/47*	385	308	6	101	205	123
1950/53*	500	539	29	74	273	126
1954/57*	649	835	44	93	293	192
1960/62*	777	1.431	81	122	415	276
1965/67*	802	2.085	131	177	473	372
1970/73*	995	2.844	161	239	520	587
1973	1.068	3.525	169	328	608	635

FONTE: FIBGE, Anuário Estatístico do Brasil.

*Média do período.

TABELA 12
PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE TECIDOS DE ALGODÃO EM
PERNAMBUCO, SÃO PAULO, MINAS GERAIS E RIO DE JANEIRO
1.000 metros
 (anos e períodos selecionados)

Anos	ESTADOS			
	Pernambuco	S. Paulo	M. Gerais	Rio de Janeiro
1946	128	420	178	93
1946/48*	129	418	196	84
1965	89	415	353	130
1965/67*	81	418	366	121
1968	85	470	405	128
1969	82	519	422	114

FONTE: FIBGE, Anuário Estatístico do Brasil.

* Média do período.

cional. As modificações ocorridas na composição do produto industrial, induzidas por mudanças na demanda agregada, exerceram efeito extremamente desfavorável sobre a economia nordestina e, particularmente, a de Pernambuco. Essas modificações no perfil da demanda, a nível nacional, que vêm ocorrendo de modo acentuado sobretudo nas últimas três décadas, exerceram impacto negativo muito mais forte sobre a indústria e o emprego no Estado do que nas regiões mais industrializadas do País. Nestas regiões, os efeitos negativos das modificações no perfil da demanda sobre o parque manufatureiro tradicional foram mais que anuladas pela expansão e implantação de novas indústrias que apareciam para atender à nova demanda. No Nordeste e sobretudo em Pernambuco, onde a concentração de indústrias tradicionais era muito maior, não houve processo semelhante de compensação e as modificações no perfil de demanda assinaladas — transmitidas em grande parte pelo que ocorria no pólo mais desenvolvido do país — davam margem, antes, ao crescimento acelerado de importações de bens produzidos fora da região*, e à contração e estagnação de largos segmentos importantes da indústria regional.

É curioso assinalar, neste contexto, examinando a composição das exportações de Pernambuco por vias internas, que em 1969 mais de 80% dessas exportações eram constituídas de produtos industrializados, conforme se verifica pela Tabela 13. A Tabela seguinte, que apresenta os mesmos dados segundo o destino dos fluxos, ainda é mais sugestiva, ao indicar respectivamente para o Nordeste, o Sudeste e o Estado de São Paulo, que 82%, 86% e 89% das importações dessas regiões de Pernambuco são representadas por produtos industrializados**

Não seria até certo ponto surpreendente, dado ao exposto até então, que a pauta de exportação de Pernambuco fosse representada, em sua quase totalidade, por produtos industrializados? E mais surpreendente ainda não seria o fato de ser exatamente o Estado de São Paulo aquele a apresentar o mais elevado índice de importação de produtos manufaturados? Tais cifras, que parecem dar a impressão de revelar o parque industrial do Estado um elevado grau de maturidade, escondem porém, de um lado, a já assinalada particularidade do papel de entreposto comercial representado por Pernambuco no Nordeste e, de outro, algumas características importantes do processo de industrialização por que vem passando a região, co-

* Estudos realizados por iniciativa do antigo CODENO (Conselho de Desenvolvimento do Nordeste), em fins da década de 50, concluíram que o equipamento disponível das fábricas de têxteis do Nordeste era capaz de produzir basicamente tecidos de largo consumo popular, sendo a demanda das classes de nível de renda mais elevada, atendida por importações. Em vista disso, estima-se que cerca de 50% a 2/3 da demanda por produtos têxteis e artigos de vestuário, vêm sendo atendidos por importações de outras regiões, especialmente do Sudeste, nos últimos anos.

** O açúcar, para efeitos de classificação adotada na confecção das tabelas 12, 10 e 15, está incluído na classe III, relativa a gêneros alimentícios e bebidas, não sendo considerado portanto, como produto industrializado.

mo se verá brevemente a seguir. No que diz respeito aos fluxos relativos ao Nordeste, é patente que se tornou Pernambuco entreposto regional de redistribuição de mercadorias provenientes das regiões mais desenvolvidas do País, pois a grande maioria das exportações estaduais, conforme se pode verificar na Tabela 15 ou não resultam de produção de sua base econômica ou recebem no Estado, apenas pequena transformação. No que toca às exportações para o Sudeste, também ressalta à vista (ver tabela 10) tratam-se em grande parte de produtos produzidos por empresas montadoras instaladas no Estado — atraídas pelos incentivos fiscais dos artigos 34 e 18 administrados pela SUDENE — que se beneficiam largamente das conhecidas práticas fiscais por elas adotadas nas operações com suas matrizes localizadas em outras regiões do País.

TABELA 13
PERNAMBUCO
EXPORTAÇÕES POR VIAS INTERNAS
SEGUNDO AS CLASSES DE MERCADORIAS
1967-1969

CLASSES DE MERCADORIAS	1967		1968		1969	
	valor em (Cr\$1.000)	%	valor em (Cr\$1.000)	%	valor em (Cr\$1.000)	%
I Animais vivos	1	0,0	7	0,0	—	0,0
II Matérias primas, em bruto e preparadas	28.338	4,5	31.750	3,8	32.141	3,1
III Gêneros alimentícios e bebidas	90.690	14,4	108.646	13,1	141.983	13,7
IV Produtos químicos, farmacêuticos e semelhantes	71.494	11,4	95.049	11,5	103.384	10,0
V Maquinaria e veículos, seus pertences e acessórios	93.459	14,9	122.553	14,7	160.323	15,5
VI Manufaturas classificadas principalmente segundo a matéria prima	183.875	29,2	252.046	30,3	292.131	28,2
VII Artigos manufaturados diversos	154.112	24,5	213.315	25,6	294.596	28,5
VIII Ouro, moedas, transações especiais	6.938	1,1	8.047	1,0	10.226	1,0
TOTAL	628.907	100	831.413	100	1.034.784	100

*FONTE: FIBGE, Comércio Interestadual - Exportação por vias internas, Pernambuco, 1967
1968 e 1969.*

TABELA 14
 PERNAMBUCO
 EXPORTAÇÕES POR VIAS INTERNAS PARA AS REGIÕES, SEGUNDO AS CLASSES DE MERCADORIAS
 (EM %)

Classes	NORTE			NORDESTE			CENTRO-OESTE			SUL			SUDESTE			RJ					
	TOTAL			TOTAL			TOTAL			TOTAL			TOTAL			TOTAL					
	67	68	69	67	68	69	67	68	69	67	68	69	67	68	69	67	68				
I	-	-	-	0,0	0,0	-	-	-	-	-	-	-	0,0	-	-	-	-	-			
II	0,64	0,45	0,64	4,04	3,46	2,85	22,44	1,36	0,51	18,45	18,88	11,02	5,48	5,34	4,32	5,32	4,42	3,71	8,75	6,90	6,41
III	7,84	10,50	11,40	15,24	14,05	15,10	45,87	50,75	5,95	5,95	4,24	5,25	7,92	5,31	5,85	6,10	4,34	4,44	12,60	7,65	10,55
IV	18,17	13,60	7,27	12,25	12,47	10,68	2,32	6,30	1,09	0,66	1,87	2,53	4,85	4,73	6,76	2,93	3,05	6,36	9,82	9,24	7,25
V	14,34	14,70	16,80	14,31	13,90	14,86	1,65	6,10	18,86	8,45	7,21	5,43	20,75	22,19	21,88	19,08	19,76	23,47	24,85	28,56	19,00
VI	26,71	27,80	32,16	26,80	27,75	25,46	24,06	29,43	55,06	61,80	63,67	59,85	46,43	46,13	41,98	50,94	49,70	42,69	33,40	33,12	34,54
VII	31,43	32,00	30,70	26,60	27,84	30,72	3,53	4,00	18,48	2,77	2,70	15,01	9,88	12,16	15,10	11,90	14,82	16,41	5,28	8,47	13,01
VIII	0,87	0,95	1,03	0,76	0,53	0,53	0,13	2,06	0,05	1,92	1,43	0,91	3,89	4,14	4,11	3,73	3,91	2,92	5,30	6,06	9,24
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte dos dados básicos: FIBGE, Exportação por vias internas, Pernambuco, 1969

TABELA 15
 EXPORTAÇÕES POR VIAS INTERNAS DE PERNAMBUCO PARA O
 NORDESTE
 1 9 6 9

CLASSES	PRODUTOS	VALOR
I	ANIMAIS VIVOS	0,0
II	MATÉRIAS-PRIMAS, EM BRUTO E PREPARADAS	24.824
	Algodão	4.842
	Gasolina e outros óleos p/motor	8.275
	Óleos combustíveis ("gasoil", "diesel-oil", e outros)	2.906
	Outros	
III	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS	132.047
	Açúcar e suas preparações	49.733
	Laticínios	14.103
	Produtos de matadouro, caça e pesca	13.512
	Preparações de cereais	10.543
	Bebidas	13.724
	Outros	13.724
IV	PRODUTOS QUÍMICOS, FARMACÊUTICOS E SEMELHANTES	93.322
	Medicamentos	45.049
	Perfumarias e cosméticos	9.448
	Sabões	5.952
	Inseticidas, fungicidas e desinfetantes	3.488
	Outros	
V	MAQUINARIA E VEÍCULOS, SEUS PERTENCES E ACESSÓRIOS	128.135
	Veículos a motor, inclusive tratores	50.030
	Artigos elétricos	29.558
	Aparelhos de telecomunicações	18.662
	Outros	
VI	MANUFATURAS CLASSIFICADAS PRINCIPALMENTE SEGUNDO A MATÉRIA-PRIMA	222.399
	Tecidos comuns de algodão	28.226
	Pneumáticos e câmaras de ar	22.399
	Pedras trabalhadas e materiais p/construção	21.655
	Outros	
VII	ARTIGOS MANUFATURADOS DIVERSOS	268.310
	Fumo e suas manufaturas	168.539
	Artigos de armarinho e p/uso pessoal	16.940
	Artigos de matérias plásticas	10.398
	Outros	
VIII	OURO, MOEDAS E TRANSAÇÕES ESPECIAIS	4.633
	Mercadorias em retorno	2.423
	Amostras	2.161

Fontes dos dados básicos: *Exportação por Vias Internas, Pernambuco, 1969.*

Numa primeira instância, a conclusão que se tira a partir da análise feita até então, é a de que as mudanças ocorridas nos padrões das vantagens comparativas entre o Estado e as regiões economicamente mais avançadas do País, constituem uma das principais causas dos problemas que Pernambuco enfrenta nas últimas décadas, e que são responsáveis pelo aumento do seu atraso relativo vis-à-vis a região Centro-Sul. Para aumentar a taxa de progresso econômico do Estado e inverter a tendência de Pernambuco perder posição relativa com respeito ao País, parece, portanto, ser indispensável mudar a estrutura das relações entre as atividades de exportação e de importação. O atingimento desse objetivo é, no entanto, reconhecidamente difícil, pelo menos no que diz respeito ao curto prazo. Ficam óbvias, todavia, a necessidade de tornar a economia estadual mais competitiva no cenário nacional, a de promover o Estado o pleno aproveitamento das vantagens comparativas ainda existentes — sobretudo no que se refere à exploração de alguns recursos naturais abundantes na região — e, além de tudo, a necessidade de o Estado criar base econômica que seja complementar à das regiões mais desenvolvidas do País.

1.2.2. - O Balanço de Serviços

Como já se mencionou anteriormente, não existem informações estatísticas acerca dos fluxos inter-regionais de serviços. O que se pretende aqui, portanto, é tão-somente inquirir sobre a direção principal desses fluxos e, se possível, obter-se uma idéia quanto à ordem de grandeza do seu valor.

Um país desenvolvido, via de regra, apresenta balanço deficitário no seu relacionamento com o exterior, especialmente no que diz respeito às transações realizadas com países economicamente avançados. É de se admitir, dessa forma, se deficitário o balanço de serviços em Pernambuco.

O item de transportes é sem dúvida o de maior vulto no Estado, por estar diretamente associado com o volume das transações do comércio de mercadorias. Como, segundo se sabe, as maiores empresas transportadoras têm suas matrizes situadas fora de Pernambuco, não há que refletir sobre a direção principal dos fluxos de pagamentos. A magnitude desses pagamentos, ademais, deve alcançar proporções elevadas, face aos volumosos fluxos do comércio de mercadorias já assinaladas na seção anterior.

Também parecem inquestionavelmente deficitários outros itens importantes da conta de serviços. As viagens — no caso de funcionários governamentais e de indivíduos para trato de negócios e sobretudo o turismo interno — geram fluxo de pagamentos no sentido do Estado para o resto do País apreciavelmente superior às receitas. Os demais itens de serviços, tais como seguros, remessa de lucros e dividendos, prestação de assistência técnica, corretagens e comissões e outros de menor importância, não deixam também margem de dúvida quanto à direção principal dos fluxos envolvidos,

em vista de ser relativamente grande a presença no Estado de filiais de empresas sediadas fora de Pernambuco, operando seja no setor industrial seja na área financeira — especialmente, nesta última.

É patente, portanto, ser o Estado de Pernambuco um importador líquido de serviços do resto do País. Certamente que sua posição face à Região Nordeste lhe é favorável, em vista da importância regional da capital pernambucana, devendo constituir o Recife um centro prestador de serviços de razoável importância para os demais Estados nordestinos. Não há negar, todavia, ser este saldo obtido com o Nordeste de reduzida expressão se comparado ao deficit verificado com as demais regiões do País.

1.2.3 - O Balanço de Transações Correntes e os Movimentos de Capitais

O balanço de transações correntes — resultado da soma do balanço comercial com o de serviços — é indicador de grande importância para investigações acerca dos padrões de desenvolvimento de uma economia. Um balanço de transações correntes em desequilíbrio — ou seja — quando diferem os fluxos de pagamentos e receitas de exportações e importações de bens e serviços, implica necessariamente, como se sabe, a existência de movimentos de capitais, que deverão ser tanto maiores quanto maior for o desequilíbrio em consideração. Um deficit no balanço, por expressar o fato de ser maior o volume de importações de que o de exportações, significa que é positivo o resultado final dos fluxos de capitais que entram e saem em uma economia, pois assim é necessário para que seja financiado, e na verdade possibilitado, o maior volume de compras em relação ao de vendas.

Não resta dúvida, portanto, que se apresenta Pernambuco, como Estado importador líquido de capitais de outras regiões do País.

O estudo da natureza desses capitais é de extrema importância num diagnóstico sobre a economia pernambucana.

Para este efeito vale distinguir as duas modalidades que assumem os fluxos financeiros inter-regionais: os capitais que fluem via setor privado e os que resultam das transferências federais à Região.

No que diz respeito aos primeiros, não parece haver dúvidas de que em Pernambuco bem como de resto em toda a Região Nordeste, as saídas de capitais privados superam em muito às entradas. A explicação para o fato é imediata, pois resulta das maiores oportunidades de investimento e dos mais altos níveis de retorno para as aplicações de poupanças particulares, que costumam oferecer as regiões mais desenvolvidas. Os mecanismos de transferência dessas poupanças privadas são por demais conhecidos, valendo destacar os instrumentos existentes no sistema financeiro nacional, tais como

fundos de investimento, letras de câmbio — que financiam a aquisição de bens de consumo duráveis, a maioria produzida fora do Estado — o mercado de ações, e a própria rede bancária, através da manipulação dos depósitos a vista e a prazo fixo. Os recursos transferidos via setor privado, não resta dúvida, alcançam volume apreciável devendo representar elevada proporção da poupança privada gerada na economia estadual.

As saídas de capitais privados, porém, são mais que compensadas pelas transferências* do Governo Federal, que depende no Estado volume apreciavelmente maior do que nele arrecada em tributos. Essas transferências evitam, em grande parte, que Pernambuco sofra agudo processo de descapitalização bem como impedem, naturalmente, que o equilíbrio nas contas de pagamentos do Estado se verifique através do rebaixamento dos níveis de importação de sua economia.

Não deve ser esquecida, porém, a profunda diferença que parece existir entre os capitais privados que saem e aqueles que entram via Setor Público Federal. Os primeiros, como é sabido, saem em grande parte em busca de oportunidades lucrativas de investimento oferecidas pelas regiões mais desenvolvidas do País e constituiriam, sem dúvida, um valioso reforço ao sistema produtivo do Estado, caso nele permanecessem. Os segundos, a despeito da sua indispensabilidade face à condição do balanço de pagamentos do Estado, não representam, na sua totalidade, um acréscimo à capacidade interna de poupança da economia, visto que neles estão incluídos as transferências para dispêndio em gastos correntes de consumo, tanto no que se refere aos recursos diretamente transferidos ao Governo Estadual quanto no que diz respeito ao dispêndio para manutenção dos vários órgãos federais que atuam em Pernambuco. Além do mais, como os movimentos de capitais tomam, em última instância, a forma de transferência de bens e serviços, resulta — como se verá a seguir — que parte importante das transferências federais, inclusive aquelas para fins de investimento, retornam para outras regiões do País na forma de importações de bens de consumo e não apenas de bens de capital.

1.3 - O Desequilíbrio do Balanço de Pagamentos e Suas Implicações

Por que se adota uma única moeda a nível nacional, as conseqüências das mudanças econômicas ocorridas no País e que afetaram o Nordeste e de modo especial Pernambuco, não aparecem explicitamente como um problema de balanço de pagamentos.

* Considera-se como transferências federais a diferença entre o dispêndio total do Governo Central em Pernambuco e a arrecadação de tributos federais no Estado. Incluem-se nelas, as transferências líquidas resultantes dos incentivos fiscais do imposto de renda. A contrapartida à qual se obrigam os empresários a investir, com recursos próprios, nos projetos aprovados pela SUDENE — no caso de estabelecimentos sediados fora do Estado — é considerada como entrada de capitais privados.

A nível nacional, como se sabe, um desequilíbrio no balanço de pagamentos não pode continuar infinitamente. A nível regional esse desequilíbrio pode persistir indefinidamente e mesmo que tal não acontecesse, o tempo de correção tenderia a ser bastante maior. Uma situação de déficit prolongado — e mais importantemente de um déficit crescente, assim como sucede para o País, repercute na economia regional na forma de um problema persistente de liquidez.

Quando os movimentos de capitais são inferiores ao déficit no balanço de transações correntes, a região sofre o fenómeno da escassez de crédito, tornando-se cada vez mais difícil para as indústrias locais obter empréstimos nos bancos comerciais para financiar operações de capital de giro. Além do mais, problemas de liquidez a nível regional tendem a acarretar sérias dificuldades à rede bancária, afetando de maneira crítica os bancos locais, sobretudo aqueles que não operam com filiais e agências em outras regiões*. Na verdade, porque o Banco Central conduz suas operações à luz do desempenho agregado da economia nacional, uma região pode apresentar sérios distúrbios monetários, particularmente se essa região não pesa muito em termos do agregado nacional. Pode então ocorrer, como resultado, uma crise de liquidez relativamente grave na economia regional, sem que isto representasse um problema sério a nível nacional, a ponto de o Banco Central vir em socorro da região deprimida.^{15 e 16}

Não merece ser desprezada de consideração aqui, a possibilidade de existir processo de correção extremamente indesejável para uma economia. Como se sabe, a necessidade de liquidez está em grande parte, em função do grau de dinamismo das atividades econômicas. Não parece ser difícil imaginar, portanto, uma situação em que sejam eliminados problemas crônicos de liquidez na região, ou que sejam estes minimizados, como uma decorrência tão-somente de uma redução continuada no grau de dinamismo da base econômica regional. Numa área economicamente deprimida — resultado, por exemplo, da sua perda crescente de competitividade em relação ao resto do País, — não seria admissível que problemas de liquidez, primeiro, tornassem mais difícil a recuperação econômica da região e, segundo, viessem mesmo a desaparecer por conta da redução dos níveis da atividade econômica?

As implicações monetárias de um desequilíbrio no balanço de paga-

* Apenas como especulação: não seria esse fenómeno um fator importante para explicar o desaparecimento da maioria dos bancos locais ou de atuação regional que se processou em todo o Nordeste? As agências e filiais de matrizes localizadas em outras regiões do País suportam com relativa facilidade, crises de liquidez, a nível regional, não só pelo socorro que suas matrizes lhes prestam mas pela reduzida expressão de suas atividades vis-à-vis a organização como um todo. Para os Bancos que desenvolvem atividades de grande expressão em outras regiões uma crise local ou regional não criaria maiores dificuldades porque as reservas e os depósitos totais não seriam significativamente afetados.

mentos, como as assinaladas acima, não se situam, todavia, ainda entre as mais importantes do ponto de vista da economia pernambucana. De maior significação, sem dúvida, consistem as implicações do desequilíbrio no seu balanço de transações correntes e as relacionadas com os movimentos de capitais, particularmente no que diz respeito ao processo de transferências de recursos que vem o setor público federal levando a efeito na região.

Vale investigar, de início, a natureza do déficit em conta corrente, pelas importantes conseqüências que traz para a economia pernambucana. Uma comparação com o caso brasileiro parece ser útil, nesse contexto.

Assim como Pernambuco em décadas recentes, tem o Brasil revelado, historicamente, como se sabe, uma situação de déficit crônico nas suas transações correntes com o exterior. Esse déficit decorre, como é sabido, de o País necessitar importar quantidades crescentes de bens de capital e de insumos industriais indispensáveis ao seu desenvolvimento, visto serem praticamente desprezíveis as importações de bens de consumo duráveis e de consumo imediato que têm comparecimento na nossa pauta. Ocorre, portanto, que as importações contribuem de maneira importante para incrementar a capacidade produtiva da economia brasileira, além de não concorrerem com a produção nacional, e os movimentos de capitais que resultam desse déficit, tem constituído um reforço de crucial importância para a poupança nacional. No caso de Pernambuco, como do resto para a Região Nordeste como um todo, a maior parcela das importações se faz sob a forma de bens de consumo duráveis e de consumo imediato — importações essas que não contribuem para a elevação da capacidade produtiva da economia pernambucana, além de concorrerem de maneira direta com a produção local, que não dispõe dos mecanismos de proteção tais como os existentes a nível nacional.

Por outro lado, por que é volumoso em Pernambuco o déficit no balanço de transações correntes, resulta ser grande a absorção de capitais "externos" pela economia pernambucana, como já foi assinalado em outra seção. Resta saber, porém, se à maneira de como ocorre no País essa absorção de capitais, através do déficit no balanço em conta corrente, tem permitido substancial reforço à capacidade de poupança do Estado e contribuído efetivamente para o aumento da capacidade produtiva da economia pernambucana.

Esse questionamento leva diretamente a discussão para uma investigação acerca do papel das transferências federais ao Estado.*

Encontra-se com bastante freqüência na literatura sobre problemas do

* É bom lembrar, como já foi assinalado em outra parte deste trabalho, que por transferência federal se considera a diferença entre os gastos, de qualquer natureza, do Governo Central, inclusive recursos transferidos via artigos 34/18, e as receitas federais geradas no Estado.

desenvolvimento inter-regional, a afirmação de que a preocupação com os desequilíbrios inter-regionais é bastante singular no Brasil, em relação à experiência histórica de outras nações. Afirma-se que para níveis de renda per capita e grau de desenvolvimento alcançados por países como o Brasil, poucas nações no mundo têm devotado tamanha atenção a problemas de dualismo regional às expensas de outros objetivos nacionais. E, por fim, que a política federal no Nordeste envolve uma drástica transferência líquida de recursos do Centro-Sul para o Nordeste brasileiro.¹⁹

Que é processada no País transferência de recursos federais de apreciável magnitude para a Região Nordeste, não cabe dúvida alguma. Identificar, entretanto, as transferências do setor público federal com transferências de renda do resto do País para o Nordeste, pode constituir grosseiro equívoco, capaz de trazer profundas implicações negativas sobre a base econômica regional e sobre as perspectivas de crescimento futuro da economia nordestina, e de Pernambuco, talvez de modo especial.

Faz-se necessário, por conseguinte, tecer algumas considerações acerca da natureza e do processo das transferências, bem como de suas causas e implicações, tendo-se em mira o propósito de colocar em exame e discussão importantes questões relacionadas com o acima mencionado problema das transferências inter-regionais de renda.

Deve ser assinalada, de partida, a relativa complexidade que envolve o conceito de transferência. Quando, por exemplo, o dispêndio do Governo Federal no Nordeste supera as receitas de tributos federais na região — ocorrendo, portanto, uma transferência de renda gerada em outras partes do País para o Nordeste — tem-se aí um aspecto importante do processo de transferência. E é fácil, então, constatar que se verifica talvez no Brasil um dos processos de maior vulto no mundo de transferência de renda via setor público para uma região economicamente deprimida. Todavia não se esgota aí todo o processo de transferência de rendas inter-regionais, quer em virtude de não ser o setor público o único veículo do processo quer em vista de não exaurir, a diferença gasto-receita, todos os movimentos inter-regionais de recursos que estão implicados na atuação do setor público federal.

A noção de transferência líquida emerge daí como a medida relevante da transferência de recursos e não leva em consideração apenas o montante daquela efetuada direta ou indiretamente pelo Governo Federal ao Nordeste. É, pois, necessário inquirir sobre outros veículos de transferências e deduzir dos fluxos que tomam o sentido resto do País — Nordeste aqueles que ocorrem em sentido contrário.

Devem ser deduzidos, por exemplo, os capitais privados que emigram do Nordeste para regiões mais desenvolvidas do País, através dos mecanismos já mencionados em outra parte deste trabalho*:

* Cabe reconhecer nesse contexto, que se medidas fossem tomadas especificamente no sentido de fortalecer a base econômica regional, não somente seriam reduzidas as saídas de poupanças pri-

As tarifas sobre importações do exterior exercem, também, efeito redistributivo de considerável importância. O instrumento da tarifa, como se sabe, tem sido largamente empregado no país, com o propósito, entre outros, de dar proteção ao parque industrial brasileiro face à competição estrangeira. Sem esta proteção, é bem sabido, não seria possível ao País alcançar o relativamente elevado grau de desenvolvimento industrial que caracteriza, no presente, a economia brasileira. Quando a industrialização, porém, praticamente se concentra numa única região do País, a tarifa passa a gerar um drástico processo de transferência de renda da região que não se industrializa para aquela que se industrializa, ou seja, para aquela que teve condições de aproveitar plenamente, não importando as razões, os estímulos propiciados pela proteção. Isto acontece por propiciar a tarifa a implantação de parque industrial ineficiente — parque industrial que gera emprego, renda e impostos na região onde se instalam as indústrias, e ineficiência que é absorvida, sem compensações, pela região tipicamente consumidora que, proibida de importar do exterior, se vê obrigada a pagar preços bastante mais elevados pelos produtos nacionais produzidos em outras regiões do País. Há como o que uma socialização quanto às perdas — porque os custos da ineficiência são pagos por todos os consumidores nacionais — mas uma apropriação localizada dos ganhos, exatamente na região onde se concentram os “efeitos” produção, renda e receita da tarifa.

Para outros tributos internos é possível, também, discernir elementos fortemente redistributivos de renda. Na conceituação adotada pela legislação tributária nacional, os impostos de consumo — sobretudo o ICM, mas também de certa forma o próprio IPI — são arrecadados em sua maior parte não onde se dá o consumo mas onde se verifica a produção. Dessa forma, um volume substancial de renda é transferido das regiões consumidoras para as produtoras, via sistema tributário, sendo facilmente identificável o sentido que assumem essas transferências, dada a condição francamente consumidora — vis-à-vis o resto do País — da região Nordeste.

Em suma, a existência de vários mecanismos que atuam no sistema econômico nacional como veículo de transferência de renda, não autoriza a priori, uma conclusão definitiva acerca do problema das transferências inter-regionais de renda que se processam no Brasil. Dizer-se, pois, que se realiza no País drástico processo de transferência de renda do Centro-Sul para o Nordeste é, na melhor das hipóteses, duvidoso. É, portanto, de cru-

vadas para outras regiões, como também poderia ser diminuída, sem maiores implicações para o Nordeste, o volume das transferências governamentais, com evidentes vantagens tanto para a região como para o Tesouro Nacional. O fortalecimento da base econômica regional, tornando-a mais competitiva em relação ao resto do País, seria sem dúvida política mais recomendável para o Nordeste do que a canalização de fundos federais para a implantação indiscriminada de indústrias com as conhecidas características de reduzido grau de integração com a base econômica da região.

cial importância que se levem em consideração todas as complexidades do sistema econômico nacional, de modo a evitar interpretações equivocadas sobre os padrões do desenvolvimento da economia brasileira — equívocos que podem afetar de maneira crucial, a formulação da política econômica nacional de correção dos desequilíbrios inter-regionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 — BRASIL. Sudene. *Evolução das exportações do Nordeste para o exterior*. Recife, 1969. Mimeog.
- 2 — _____. *Importância do comércio exterior no desenvolvimento da economia do Nordeste*. Recife, 1970. Mimeog.
- 3 — FURTADO, Celso. *Operação Nordeste*. Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959.
- 4 — _____. *Uma política para o desenvolvimento econômico do Nordeste*. 2 ed. Recife, Sudene, 1967.
- 5 — GALVÃO, Olímpio J. de Arroxelas. *Diagnóstico do desenvolvimento do Estado de Pernambuco: a indústria*. In: PROGRAMA de Ação Coordenada, PRAC, 1972-75. Recife, Condepe, 1975. p. 109-141.
- 6 — _____. *Recent trends in the agricultural development of Brazil: the perspectives of a Green Revolution*. CME/PIMES, texto da discussão nº 21, setembro de 1975.
- 7 — GOODMAN, D. & ALBUQUERQUE, R.C. *A industrialização do Nordeste, a economia regional*. In: RELATÓRIO de pesquisa nº 6. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1972. p. 95-124.
- 8 — HADDAD, P.R. ed. *Planejamento regional: métodos e aplicações ao caso brasileiro*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1974.
- 9 — HICKS, J.R. *An inaugural lecture*. In: CAVES, R. & JOHNSON, M. (ed.). *Readings in International Economics*, Illinois, Irwin Inc., 1968, p. 441-54.
- 10 — _____. *An inaugural lecture*. *Oxford Economic Papers*, Oxford 5(2):117-35, jun. 1953.
- 11 — HIRSCHMAN, A. O. *Política econômica na América Latina*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1963.

- 12 – HIRSCHMAN, A.O. **The strategy of economic development**. New Haven, Yale University Press, 1958.
- 13 – HUME, David Of the balance of trade. In: COOPER, R.N. ed. **International finance**. Middlesex, Inglaterra, Penguin Books, 1969. p. 25-27.
- 14 – _____. Of the balance of trade. In: **ESSAYS, MORAL, POLITICAL AND LITERARY**, London, Longmans Green, 1898.
- 15 – INGRAM, J.C. State and regional payments. In: NEEDLEMAN, L. ed. **Regional analysis: selected readings**. Middlesex, Inglaterra, Penguin Books, 1968. p. 237-51.
- 16 – _____. State and regional payments. **The Quarterly Journal of Economics**, Cambridge. 73:619-32, 1959.
- 17 – MEYER, J. R. Regional economics: a survey. **American Economic Review**, Menasha, Wisconsin, 53:19-54, 1963.
- 18 – _____. Regional economics: a survey. In: NEEDLEMAN, L. ed. **Regional analysis: selected readings**. Middlesex, Inglaterra, Penguin Books, 1968. p. 19-60.
- 19 – WILLIAMSON, J.G. Regional inequality and the process of national development: a description of the patterns. **Economic Development and Cultural Change**, Chicago, 13:3-45, 1965.